

LEI Nº 1799 de 29 de agosto de 2008.

(Revogada pela Lei nº 2211/2012)

**AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIXAR TETO PARA PAGAMENTOS
JUDICIAIS DE PEQUENOS VALORES.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE,
LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fixar o teto de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para pagamentos judiciais de pequenos valores independentemente de precatórios, em virtude de sentenças judiciais transitadas em julgado.

Art. 2º O limite de que trata o artigo 1º, deve-se à suplementação normativa prevista no § 3º, do art. 100 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 30/2000, bem como e considerando as condições financeiras do município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Helena, aos vinte nove dias do mês de julho de dois mil e oito.

GIOVANI MAFFINI
PREFEITO MUNICIPAL

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 03/10/2018